



RELATÓRIO SÍNTESE DAS AÇÕES DE OFÍCIOS, RELATORIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E LISTAGENS DE BENEFICIÁRIOS 2020 E 2021

Atualizado em julho de 2021.

Diante de todo o contexto complexo de implementação, que em nenhum momento procurou ouvir os beneficiários, movimentos sociais ou mesmo, incorporar os conselhos de direitos na gestão da renda emergencial, passamos ao entendimento estratégico de que deveríamos estabelecer um elo e manter o debate sobre a garantia de renda para além da conquista formal. Ao estabelecer esse elo de ligação entre a luta em defesa da renda, a voz dos beneficiários, mensurando os impactos negativos e positivos da garantia de renda, e materializar esses entraves e injustiças na avaliação de elegibilidade ao benefício através da estruturação de denúncias, mobilização das instituições jurídicas e políticas passamos a conquistar um espaço de representação junto à sociedade civil, em especial beneficiários.

A estratégia de envolvimento dos beneficiários na escuta, na resolução de situações em conjunto e fundamentalmente enfrentar o debate sobre renda enquanto garantia fundamental, estabelece um novo patamar de entendimento social do que conquistamos. Se é direito do cidadão, precisa ser respeitado e efetivado. Não há luta por uma Renda Básica que Queremos, se deixarmos os problemas e gargalos, ou até mesmo as falas estigmatizantes se sobreporem aos conceitos e a proteção social efetiva a que se propõe a política de renda. No entanto, em meio a pandemia, foi necessário que a Rede Brasileira de Renda Básica, encontrasse uma estratégia digital, a partir de um vínculo já existente que poderia ser potencializada.

Assim, optamos por escolher uma Assistente Social, Especialista em Gestão de Políticas Públicas na perspectiva de gênero e promoção da igualdade racial, mestra pela Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR. Investigando a ação da burocracia na rua como forma de manter as condições de subordinação dos mais vulneráveis, no que tange a implementação do Cadastro Único para Programas Sociais, com experiência na área da renda e da assistência social. Além disso, Diretora de Relações Institucionais e Internacionais da Rede Brasileira de Renda básica – RBRB e componente da Campanha Renda Básica que Queremos, desde a sua composição.

Iniciamos o processo de acompanhamento da implementação em abril de 2020 e somente com o relato detalhado dos beneficiários, foi possível ter a dimensão dos entraves, injustiças e desproteção que estavam sofrendo. Para além de acompanhar, vimos a necessidade de agir, atender, compreender os problemas e começar a dar materialidade para a busca de soluções. Alcançando, sem nenhuma dúvida, um espaço de referência no debate no nível nacional.



REDE BRASILEIRA
DE RENDA BÁSICA

O acompanhamento se deu através das redes sociais serviram como ferramenta para responder aos beneficiários, acolher as principais situações e também combater FakeNews. Foram mais de 5000 atendimentos a beneficiários (somente em 2021), com orientações para resolução de problemas e acesso ao benefício

Instagram e Facebook: @sou.paola

YouTube: Paola Carvalho

Twitter: @soupaola_

WhatsApp: (21) 99075-0896

- Uma parte sobre o trabalho de monitoramento da implementação da política, que traga um resumo das notas e ações já produzidas neste âmbito:

Em 2020

Em 2020, preparamos três relatórios de implementação, relatando todos os problemas, gargalos e negativas irregulares a cada etapa de execução do Auxílio Emergencial.

Os relatórios foram amplamente debatidos na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, na imprensa e serviu como subsídio para o trabalho das organizações sociais.

Foram solicitados 12 pedidos de informação oficiais ao Governo Federal, buscando dar transparência aos dados regionais, aos cortes de benefícios, aos depósitos e essencialmente as características dos beneficiários: etnia, gênero e idade.

Foram enviados ao todo, 15 ofícios com relatos dos problemas ao Ministério da Cidadania, Defensoria Pública e Ministério Público Federal.

Exemplos:

1. Ofício 12.06.2020 – Ofício tratando dos cortes dos Beneficiários do Bolsa Família, em diferentes situações: 1. Famílias que receberam a 1ª parcela do Auxílio Emergencial, no valor de R\$1.200,00 (Chefe de família), que na 2ª parcela recebeu apenas R\$600,00. Esse caso também vale para famílias que receberam R\$1.800,00 (mãe chefe de família e mais um filho) e na 2ª parcela apenas R\$600,00. 2. Famílias que receberam a 1ª parcela de R\$600,00, referente ao Auxílio Emergencial e na 2ª parcela receberam apenas o valor do Bolsa Família, com a informação de que não cumprem mais os critérios do programa. E ainda, 3. As famílias que receberam R\$1.200,00 ou R\$600,00 na 1ª parcela, sendo cancelada do Programa Bolsa Família na 2ª parcela, ou seja,

não recebendo nem o valor do Auxílio Emergencial, nem do Programa Bolsa Família. (Ofício encaminhou 15 exemplos de cada uma das situações relatadas, como forma de exemplificar)

2. Ofício de 26.06.2020 - Análise dos critérios do Auxílio Emergencial alcança 80 dias, sem nenhuma resposta, com 320 beneficiários como exemplo;
3. Ofício 02.07.2020 - Contestação em análise há mais de 60 dias. Sem respostas e sem possibilidade de recorrer via Defensoria Pública da União. Um exemplo com mais de 650 beneficiários nessa situação;
4. Ofício 28.08.2020 – Tratando de tres temas especificos: indivíduos, destacamos três temas essenciais: 1. Solicitações que permanecem em avaliação há 141 dias (452 pessoas); 2. Cancelamentos e suspensões dos beneficiários do Programa Bolsa Família, que vinham recebendo o Auxílio Emergencial (522 pessoas); 3. Falta de retorno sobre as avaliações do Auxílio Emergencial aos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (358 pessoas).

Somente nesses 4 exemplos, totalizamos a indicação de 2.347 casos que demonstravam o erro de cruzamento de dados e análise.

Ao menos 7 questões mais macros foram revertidas através dessa pressão:

1. Pessoas consideradas mortas
2. Pessoas que foram candidatas em 2016 ou 2018, são indicadas como exercendo cargo eletivo, mesmo que as pessoas não tenham sido eleitas, nem exercido um dia sequer do mandato como suplentes. Essas pessoas tem o benefício negado, sem direito a contestação ou apresentação de documentos complementares. Também já confirmado pelo Governo, o uso da base integral do TRE e não somente os que cumprem seus mandatos.
3. A negativa do Auxílio Emergencial para familiares de presos, sem que isso conste em lei. Segundo a própria Dataprev, a negativa do auxílio alcançou mais de 39 mil familiares;
4. A negativa do benefício aos novos desempregados. Da mesma forma, a não atualização da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que também estão sendo negadas pelo Ministério do Trabalho. Em que o próprio governo reconhece para o Ministério Público que utiliza a base de 2018 para considerar elegível ou não. O que está muito distante da realidade atual das pessoas.
5. Pressão para acordo com a DPU e processos serem de ambito administrativo
6. Recorrer (porém somente em alguns casos em que o governo poderia buscar uma base de dados mais atualizada);
7. Problemas pontuais de CPFs, especialmente das mães chefes de família.

Em 2021

29/01/2021

Ofício 1: Para o Ministério da Cidadania relatando problemas pagamentos da Extensão, aos enviados dia 16/12/2020 e lista de prejudicados

Lista 1: Lista 1 com 788 nomes

Lista geral da situação que chegava a 50 mil pessoas (Resumo da ação apresentado pela DPU, CNJ e Ministério da Cidadania:

- Registros Processados: 56.183
- Elegíveis: 34.629
- Inelegíveis: 20.600
- Retidos: 954
- Total de pagamento estimado: R\$ 46.078.500,00

10/02/2021 Agendas presenciais em Brasília:

Ofício 2: Para o Ministério da Cidadania relatando dois problemas:

1 na avaliação da Extensão para aqueles que já tinham provado na Justiça direito à elegibilidade. Lista 2 com 360 nomes

2: Registro de pessoas que deixaram de receber alguma das parcelas do Auxílio Original, mesmo elegível: Lista 3 com 550 nomes

Representação 1: Junto a DPU, relatando não recebimento de parcelas da Extensão por milhares de beneficiários, por problema de prazos por parte do Governo.

22/03/2021

Cartilha Aprimoramento política de renda emergencial em 2021: Texto distribuído entre lideranças parlamentares, entidades e organizações, para aprimoramento das políticas de renda em 2021, em oito pontos que envolvem temas legais, cadastro e implementação. (documento anterior ao Auxílio Emergencial 2021)

29/03/2021:

Ofício 3 Para o Ministério da Cidadania solicitando retorno sobre ofícios de janeiro e fevereiro.

06/04/2021

Ofício 4: Para Ministério da Cidadania, MPF, CNJ, DPU e a seção de Direitos Humanos da DPU, relatando 10 problemas iniciais de implementação do Auxílio Emergencial 2021.

22/04/2021:



REDE BRASILEIRA
DE RENDA BÁSICA

Ofício 5: Para Ministério da Cidadania relatando problemas de implementação do Auxílio 2021 com beneficiários do público do Bolsa Família

27/04/2021: Governo aprova pagamento de mais 206 mil Beneficiários, os ditos “judiciais”

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/27/governo-aprova-pagamento-do-auxilio-para-mais-206-mil-beneficiarios.htm>

16/05/2021:

Ofício 6: Para o Ministério da Cidadania entregue após reunião virtual que ocorreu no mesmo dia, entre membros da Campanha e Secretaria Executiva do Ministério, que abordou os agora 16 problemas de implementação do Auxílio 2021.

24/05/2021:

Ofício 7: Para o Ministério da Cidadania, seguindo encaminhamento da reunião do dia 16/05, com três listagens de beneficiários com problemas de acesso ao Auxílio 2021:

Lista 4: pessoas ainda em processamento - com 115 nomes

Lista 5: pessoas “não processadas” - com 271 nomes

Lista 6: dos aprovados em 25/04 mas que foram desaprovados depois - com 511 nomes

31/05/2021

Ofício 8: Para o Ministério da Cidadania, seguindo encaminhamento da reunião do dia 16/05, com lista de beneficiários do público do Bolsa Família com problemas de acesso ao Auxílio 2021. Lista 7 com 343 nomes

07/06/2021

Ofício 9: Para o Ministério da Cidadania para registrar problemas de descumprimento do calendário do Auxílio 2021 e lista de pessoas com benefício em atraso. Lista 8 com 20 nome.

09/06/2021 o Ministério da Cidadania anunciou a reanálise de 1422 pessoas, das listas 01, 02 e 03.

<https://extra.globo.com/economia/auxilio-emergencial-cidadania-reanalisa-1422-casos-de-suspensao-do-beneficio-em-2020-25050892.html>

Dos 1422 CPFs distintos, 1003 seguiram para a análise de elegibilidade para o AE 2021. Valores devidos de parcelas de AE e AER estão sendo calculados 419 foram considerados como inelegíveis



REDE BRASILEIRA
DE RENDA BÁSICA

18/06/2021 Governo anunciou o reprocessamento da Extensão de mais 34,6 mil beneficiários , a partir da articulação e representação encaminhada pela campanha junto à DPU, CNJ e o próprio Governo.

<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/extensao-do-auxilio-emergencial-de-2020-sera-paga-a-mais-34-6-mil-cidadaos-apos-reprocessamento-de-casos>

24/06/2021 Governo anunciou elegibilidade de mais 106 mil pessoas, a partir de apontamentos de problemas de implementação

<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/auxilio-emergencial-2021-sera-pago-a-mais-106-mil-trabalhadores-apos-nova-analise-de-dados>

Paola Loureiro Carvalho
Diretora de Relações Institucionais e Internacionais
Rede Brasileira de Renda Básica